



No título: *Atum dos Açores*, acrílico, óleo sobre tela, 50 x 100 cm

Pintura de: Martim Cymbron

Destaques



[Conclusões do Conselho Europeu de 23 e 24 de junho](#)

[Adotadas as Conclusões do Conselho relativas à nova Estratégia da Comissão Europeia para as RUP](#)

[Património Subaquático dos Açores distinguido pela Comissão Europeia](#)

[Parlamento Europeu adota posição sobre o ETS, CBAM e Fundo Social para a Ação Climática](#)

[Nova agenda da UE de governação internacional dos oceanos](#)

[Comissão Europeia lança proposta regulamentar de redução da utilização de pesticidas químicos em 50% até 2030](#)

[Publicada primeira proposta legislativa dedicada à restauração da natureza](#)

[Insegurança alimentar global: Conselho aprova conclusões](#)

[Aproximar a UE dos cidadãos: A Comissão lança o projeto "Construir a Europa com os Conselheiros Locais"](#)



De 27 de junho a 1 de julho



Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos

A cidade de Lisboa vai acolher a [2.ª Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos](#), com o apoio dos Governos de Portugal e do Quênia. Sob o mote “Salvar o Oceano, Proteger o Futuro”, esta [Conferência](#) representa um apelo à ação pelos Oceanos, procurando incentivar líderes e decisores dos 193 países da ONU a mobilizar parcerias e aumentar o investimento em abordagens científicas e inovadoras que contribuam para reverter o declínio da saúde dos oceanos. A Conferência pretende assim contribuir para a implementação do objetivo de desenvolvimento sustentável 14 «Conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável».

27 de junho



Reunião do Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia)

Os ministros responsáveis pela Energia [procurarão](#) chegar a uma orientação geral sobre as propostas de alteração das diretivas relativas às energias renováveis e à eficiência energética que fazem parte do pacote Objetivo 55. Os ministros adotarão ainda um regulamento destinado a encher as reservas de armazenamento de gás da UE antes do inverno e a partilhá-las num espírito de solidariedade. Debaterão também a [situação energética da UE](#) no contexto da guerra na Ucrânia. Trocarão ainda opiniões sobre uma proposta para reduzir as emissões de metano e sobre uma outra proposta relativa ao desempenho energético dos edifícios. Poderá acompanhar os pontos da agenda que decorrerão em sessão pública [aqui](#).

Até 28 de junho



Comentários à Proposta de Regulamento sobre Alimentos e bebidas – Sistema de indicações geográficas da UE (revisão)

O sistema protege nomes importantes de alimentos e bebidas contra a contrafação/fraude e certifica que obedecem a normas elevadas num determinado país ou região. Esta [iniciativa](#) reforçará o sistema: melhorando a produção sustentável ao abrigo do sistema; melhorando a execução; fortalecendo os agrupamentos de produtores; reduzindo o furto na Internet; permitindo uma melhor adaptação do sistema aos produtores de todas as regiões da UE; estudando a forma de promover e proteger os alimentos tradicionais europeus; acelerando os procedimentos de registo.



Horizonte Europa - Cluster 3: Segurança Civil para a Sociedade

A jornada informativa “Horizonte Europa - Cluster 3” reveste-se duma oportunidade única para potenciais candidaturas a financiamento da UE. Inscrições [aqui](#).



Reunião do Conselho (Ambiente)

Os ministros do ambiente da União Europeia [tentarão](#) chegar a um acordo quanto à orientação geral do Conselho em relação a um conjunto de propostas legislativas (CELE, CELE-Aviacção. Fundo Social para a Ação Climática, LULUCF, CBAM, RPE, entre outros) que fazem parte do pacote Objetivo 55. Todas as informações relativas à reunião podem ser encontradas [aqui](#), incluindo a ligação que permitirá acompanhar os pontos da agenda que decorrerão em sessão pública.

30 de junho



Carta para a Missão "Restaurar os nossos Oceanos e as nossas Águas até 2030"

A Comissão Europeia [organizará](#) este evento em Lisboa, no Oceanário. O objetivo do [evento](#) é o de lançar a Carta da Missão. Os Estados-Membros, regiões e partes interessadas relevantes serão convidadas a descobrir a Carta e a envolverem-se em ações para uma implementação bem-sucedida da Missão.

Até 4 de julho



Consulta pública: Impostos especiais sobre o consumo de álcool e bebidas alcoólicas — avaliação das taxas do imposto especial de consumo e das estruturas fiscais

As regras da UE regem a tributação do álcool e das bebidas alcoólicas. As regras relativas à estrutura fiscal foram recentemente alteradas, mas as taxas do imposto especial de consumo não são alteradas desde 1992. A avaliação examinará se as taxas do imposto especial sobre o consumo de álcool e bebidas alcoólicas contribuíram para o bom funcionamento do mercado único da UE. A avaliação servirá de base à iniciativa prevista. Informações adicionais [aqui](#).

4 a 7 de julho



Glex Summit 2022: Açores recebem Cimeira Mundial dos Exploradores

Sob o lema “What’s Next?”, a [conferência irá decorrer](#) de 4 a 7 de julho, na Ilha de São Miguel, Açores. A “Glex Summit” é um evento que reúne os maiores exploradores do mundo, que se comprometeram a um esforço mundial para inspirar a todos a proteger o planeta, as espécies animais e os recursos naturais.

Até 13 de julho



Consulta pública respeitante à proteção à escala da UE das indicações geográficas dos produtos não agrícolas

Atualmente, não existe um sistema à escala da UE para proteger as indicações geográficas dos produtos não agrícolas (como o artesanato e os produtos industriais). No entanto, estes produtos são amiúde um elemento importante da identidade local, atraem o turismo e criam postos de trabalho. Um sistema uniforme permitiria nomeadamente: ajudar os produtores a manterem-se competitivos em nichos de mercado; fornecer aos consumidores uma melhor informação sobre a autenticidade dos produtos; impulsionar as economias regionais. Todos os contributos poderão ser carregados [aqui](#).

Até 15 de julho



Consulta pública relativa ao tráfico de bens culturais — Plano de ação da UE

No âmbito da estratégia da UE sobre a criminalidade organizada, a Comissão [adotou](#) um plano de ação contra o tráfico de bens culturais para 2022-25, a fim de dismantlar as atividades criminosas e proteger o património cultural. O objetivo global do plano de ação consiste em: sensibilizar o público; melhorar o intercâmbio de informações e a cooperação (inclusivamente com países terceiros); e promover o reforço das capacidades e os conhecimentos especializados. O plano procurará igualmente encontrar novas formas de melhorar a rastreabilidade dos bens culturais, tanto em linha como fora de linha.

Até 20 de julho



Espaços sem Fumo (proposta de recomendação): convite à apresentação de comentários

A recomendação do Conselho sobre espaços sem fumo, de 2009, tem por objetivo proteger as pessoas em toda a UE da exposição passiva ao fumo do tabaco. Como anunciado no Plano Europeu de Luta contra o Cancro, esta [iniciativa](#) visa alinhar a recomendação com a evolução do mercado e incluir no seu âmbito de aplicação o uso de tabaco e produtos afins em certos espaços exteriores. O seu objetivo é, nomeadamente, alargar a sua cobertura a produtos emergentes; o seu âmbito de aplicação a outros espaços exteriores (por exemplo, escolas e parques infantis).



Energia de fontes renováveis — método de cálculo da quota de energia de fontes renováveis em caso de cotransformação: apresentação de comentários

A Diretiva Fontes de Energia Renováveis promove a utilização de biocombustíveis na UE, a fim de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa provenientes do setor dos transportes. Esta [iniciativa](#) (que assumirá a forma de um regulamento delegado) visa estabelecer uma metodologia para determinar a quota de biocombustíveis e biogás para os transportes resultante da transformação de biomassa com combustíveis fósseis num processo comum (cotransformação).

Até 21 de julho



Consulta pública: Sistema alimentar sustentável da UE

A Comissão Europeia lançou uma [consulta pública](#) sobre uma proposta de regulamento, que pretende publicar no quarto trimestre de 2023, relativa ao sistema alimentar sustentável da UE. A nova proposta de regulamento visa tornar o sistema alimentar da UE sustentável e integrar a sustentabilidade em todas as políticas relacionadas com a alimentação. Estabelecerá princípios e objetivos gerais, juntamente com os requisitos e responsabilidades de todos os intervenientes no sistema alimentar da UE. Mais especificamente, estabelecerá regras sobre: rotulagem em matéria de sustentabilidade dos produtos alimentares; critérios mínimos para uma aquisição pública sustentável dos produtos alimentares; e governação e monitorização.



Orientações relativas à aviação (prorrogação dos auxílios ao funcionamento para aeroportos regionais [resposta à COVID-19]) – convite à apresentação de informações

As orientações em matéria de auxílios estatais a aeroportos e companhias aéreas de 2014 incluem um período de transição (que termina em abril de 2024), durante o qual pode ser autorizada a concessão de auxílios ao funcionamento para aeroportos com menos de 3 milhões de passageiros por ano, uma vez que estes auxílios podem ser declarados como compatíveis com o mercado único. Tendo em conta o tempo adicional necessário para começar a recuperar dos efeitos da crise da COVID-19, a Comissão [propõe](#) uma curta prorrogação deste período de transição, sem introduzir quaisquer outras alterações às regras.

Até 22 de julho



Consulta pública sobre a legislação aplicável às plantas produzidas através de determinadas novas técnicas genómicas

A Comissão Europeia abriu um período de [consulta pública](#) relativa à legislação aplicável às plantas produzidas através de determinadas novas técnicas genómicas. A Comissão pretenderá com a publicação da proposta do regulamento, prevista para o segundo trimestre de 2023, propor um quadro jurídico para as plantas obtidas por mutagenese e cisgénese dirigidas, bem como para géneros alimentícios e alimentos para animais delas resultantes. A iniciativa baseia-se nas conclusões de um estudo da Comissão sobre [novas técnicas genómicas](#). O objetivo é manter um elevado nível de proteção da saúde humana e animal e do ambiente, permitir a inovação no sistema agroalimentar e contribuir para os objetivos do Pacto Ecológico Europeu e da estratégia «do prado ao prato».

Até 28 de julho



Revisão do programa da UE de distribuição de fruta, produtos hortícolas e leite nas escolas

Esta [iniciativa](#) resultará na adoção duma proposta de revisão do regulamento no quarto trimestre de 2023. É referido que «o regime da UE de distribuição nas escolas apoia a distribuição de fruta, produtos hortícolas, leite e determinados produtos lácteos às crianças, a par de atividades educativas sobre a agricultura e o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis. A Comissão efetuará uma revisão deste regime e das medidas que estabelecem este tipo de ajuda da UE, com base nos ensinamentos retirados da sua aplicação desde 2017. Esta revisão contribuirá para promover o consumo de alimentos sustentáveis, em consonância com a Estratégia do Prado ao Prato.».

Até 31 de julho



Prémio Daphne Caruana Galizia de Jornalismo - convite à apresentação de trabalhos

A 3 de maio, Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, o Parlamento Europeu [lançou](#) oficialmente o convite à apresentação de candidaturas ao Prémio Daphne Caruana Galizia de Jornalismo. A distinção premeia anualmente o jornalismo de excelência que promove ou defende os princípios e valores fundamentais da União Europeia como a dignidade humana, liberdade, democracia, igualdade, Estado de direito e direitos humanos. Daphne Caruana Galizia foi uma jornalista e ativista anticorrupção maltesa que noticiou amplamente sobre corrupção, lavagem de dinheiro, crime organizado, venda de cidadania e as ligações do governo maltês aos “Panamá Papers”. Após assédio e ameaças, foi assassinada numa explosão de um carro armadilhado a 16 de outubro de 2017.

Até 4 de agosto



Aberta consulta pública sobre a avaliação da Diretiva Responsabilidade Ambiental (Diretiva 2004/35/CE)

A Diretiva Responsabilidade Ambiental ([DRA](#)) estabeleceu um quadro de responsabilidade ambiental baseado no princípio do «poluidor-pagador», a fim de prevenir e reparar os danos causados ao solo, às águas (superficiais, subterrâneas, de transição, costeiras e marinhas) e à biodiversidade (espécies e *habitats* naturais protegidos pelas Diretivas [Aves](#) e [Habitats](#)). A presente

[consulta pública](#) constitui um meio importante de recolher os pontos de vista e a experiência prática das partes interessadas. A [avaliação](#) basear-se-á igualmente nos relatórios apresentados pelos Estados-Membros à Comissão, durante abril de 2022, sobre a aplicação da DRA.

Até 15 de agosto



Consulta pública sobre os nutrientes – plano de ação para uma gestão mais eficaz

Esta [iniciativa](#) resultará na adoção por parte da Comissão Europeia duma comunicação (último trimestre de 2022). O executivo europeu refere que «os nutrientes (azoto e fósforo) são essenciais para a vida e para importantes recursos naturais. A redução dos nutrientes é uma das causas da poluição atmosférica, dos solos e da água, da perda de biodiversidade e de uma vasta gama de consequências relacionadas com as alterações climáticas. Nas últimas décadas, a legislação em vigor ajudou a combater estes problemas. No entanto, devido à poluição causada pelos nutrientes e a ineficiências no ciclo dos nutrientes, são necessárias medidas suplementares a nível da UE para melhorar a segurança alimentar, proteger a saúde e preservar os ecossistemas.».

Até 16 de agosto



Consulta pública respeitante ao desperdício alimentar — metas de redução

Esta [iniciativa](#) emblemática, que culminará na apresentação duma proposta de diretiva e que se insere na Estratégia do Prado ao Prato da UE, visa propor metas juridicamente vinculativas para reduzir o desperdício alimentar. Estas metas contribuirão para limitar o impacto da cadeia de abastecimento alimentar no ambiente e no clima e para assegurar a disponibilidade de mais alimentos para consumo humano, criando assim um sistema alimentar mais sustentável.



Consulta pública relativa ao impacto ambiental da gestão de resíduos — revisão do quadro da UE em matéria de resíduos

A Diretiva-Quadro Resíduos protege a saúde pública e o ambiente através de uma gestão adequada dos resíduos. Para o efeito, é aplicada a hierarquia de resíduos da UE, que promove a prevenção e a reutilização dos resíduos, em detrimento da sua valorização e eliminação. Esta [iniciativa](#) visa melhorar a gestão dos resíduos: reduzindo a produção de resíduos, nomeadamente através da reutilização de produtos ou componentes; reduzindo os resíduos indiferenciados e aumentando a preparação para a reutilização ou reciclagem de resíduos, melhorando a recolha seletiva.

Até 17 de agosto



Conversão para uma rede de dados sobre a sustentabilidade das explorações agrícolas: período de apresentação de comentários

Esta iniciativa [alargará](#) o âmbito da atual rede de recolha de dados sobre as explorações agrícolas da UE, a fim de incluir dados sobre as práticas ambientais e sociais. Com a nova recolha de dados, será possível aferir o desempenho das explorações agrícolas e prestar aconselhamento e orientação personalizados aos agricultores. Promover-se-á assim a sustentabilidade dos agricultores e dos seus rendimentos, em consonância com os objetivos da política agrícola comum e do Pacto Ecológico, nomeadamente da Estratégia do Prado ao Prato e da Estratégia de Biodiversidade.

Até 8 de setembro



Prémio Cidade Acessível 2023

O período de candidaturas ao concurso *Access City Award 2023* [encontra-se aberto](#) até ao dia 8 de setembro. O prémio reconhece as cidades que fizeram esforços significativos para se tornarem mais acessíveis às pessoas com limitações. A cidade vencedora receberá um prémio financeiro de 150 mil euros, enquanto o segundo e terceiro lugares receberão 120 mil e 80 mil euros, respetivamente.



Consulta pública relativa à atualização da Estratégia de Segurança Marítima da UE e do seu plano de ação

A Estratégia de Segurança Marítima da UE de 2014 e o seu plano de ação revisto (2018) permanecem válidos. Todavia, uma avaliação mostrou que devem ser alinhados por outras políticas e instrumentos importantes da UE, incluindo a «Bússola Estratégica» da UE, ser adaptados aos desafios em constante evolução no domínio da segurança marítima no atual contexto geopolítico complexo, bem como às alterações climáticas e à degradação ambiental. Esta [iniciativa](#) atualizará a estratégia e o seu plano de ação, em conformidade com as conclusões do Conselho de junho de 2021.

Até 9 de setembro



Prémio Apícola Europeu - 2022

Está aberto o [período de candidaturas](#) ao prémio apícola europeu, promovido pela Organização Europeia de Proprietários de Terras (ELO) e a Associação Europeia de Maquinaria Agrícola (CEMA). Serão atribuídos 3 prémios: práticas de gestão dos solos (prémio de 4 mil euros); soluções tecnológicas inovadoras (prémio de 4 mil euros); Menção Especial do Júri (diploma de reconhecimento).

19 e 20 de setembro



O *PCI Energy Days* é uma conferência política e uma exposição dedicada à implementação prática de Projetos de Interesse Comum (PIC). Após dois anos de interregno, a 3.ª edição do evento irá decorrer nos dias 19 e 20 de setembro em Bruxelas.

A 3ª edição proporcionará aos promotores de projetos a oportunidade de apresentarem os seus trabalhos e partilharem a sua experiência sobre como acelerar o desenvolvimento e construção de PICs, projetos que são chave para a concretização dos objetivos energéticos e climáticos da União. Mais informações sobre a agenda, a montagem da exposição ("PCI Garden") e o link de inscrição serão disponibilizados em breve [aqui](#).

26 a 30 de setembro



A [edição de 2022 da Semana Europeia da Energia Sustentável](#) terá lugar num formato híbrido: tanto os participantes como os oradores poderão participar remotamente ou presencialmente, em Bruxelas (se a situação sanitária o permitir). Sob o tema "Going green and digital for Europe's energy transition", o evento incluirá: uma conferência política de alto nível; atribuição de prémios; celebração do terceiro dia europeu da energia jovem; bem como oportunidades para reuniões bilaterais, stands de exposição e outras atividades de *networking*.



Agricultura

Comissão aprova duas novas indicações geográficas e uma especialidade tradicional garantida de Portugal e da Turquia

A Comissão Europeia aprovou a inscrição do "[Maranho da Sertã](#)" no registo das Indicações Geográficas Protegidas (IGP) e da "[Sopa da Pedra de Almeirim](#)" como Especialidade Tradicional Garantida (ETG), de Portugal. A Comissão aprovou também a inscrição do "[Giresun Tombul Findiği](#)" da Turquia no registo da Denominação de Origem Protegida (DOP). O "Maranho da Sertã" é um enchido produzido exclusivamente no município da Sertã, centro de Portugal. O enchido é feito com estômago de cabra ou ovelha e é recheado com carne de cabra ou ovelha, arroz, menta, gordura de porco e presunto. Sopa da Pedra de Almeirim" é uma sopa grossa e volumosa, devido à presença de ingredientes como feijão, batata e enchidos. Estas características físicas servem de inspiração para o nome do prato, pois fazem lembrar as pedras que pavimentam as ruas mais antigas da cidade portuguesa de Almeirim. Giresun Tombul Findiği" é um tipo turco de avelã de primeira qualidade cultivada em vários municípios das províncias de Giresun e Trabzon, perto do Mar Negro. O cultivo de avelãs nas províncias de Giresun

em Trabzon remonta aos tempos antigos. A lista de todas as indicações geográficas protegidas pode ser encontrada na base de dados da [eAmbrosia](#).

Insegurança alimentar global: Conselho aprova conclusões

Nas suas conclusões, o Conselho [expressa](#) a sua profunda preocupação pelo facto de as populações vulneráveis enfrentarem níveis de [insegurança alimentar](#) sem precedentes. A guerra injustificável, não provocada e ilegal da Rússia contra a Ucrânia agravou dramaticamente a crise de segurança alimentar. As tropas russas bombardeiam e ocupam terras aráveis da Ucrânia, destruindo explorações agrícolas, instalações de armazenamento e processamento de alimentos, equipamento e infraestruturas de transporte. Bloqueiam os portos da Ucrânia, impedindo a exportação de milhões de toneladas de cereais para os mercados globais. A UE e os seus Estados-Membros são solidários com os países parceiros mais afetados e reforçarão o seu apoio como ator global reativo, responsável e fiável.

UE-Nova Zelândia: Conselho abre o caminho para a conclusão do Acordo de Parceria

O Conselho da União Europeia [adotou](#) uma decisão relativa à conclusão do [Acordo de Parceria e Cooperação entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, e a Nova Zelândia](#). Esta decisão abre caminho, do lado da UE, para a entrada em vigor do acordo até finais de julho de 2022. Este acordo, considerado ambicioso, reflete, segundo o comunicado do Conselho, a «amizade e cooperação cada vez mais estreita que se desenvolveu entre a União Europeia e a Nova Zelândia nos últimos anos. Fornece um quadro abrangente para um compromisso bilateral mais eficaz entre a União Europeia, os seus Estados-Membros e a Nova Zelândia, prevendo a cooperação numa vasta gama de áreas, incluindo os direitos humanos, a não proliferação de armas de destruição maciça, a luta contra o terrorismo, a cooperação em questões económicas e comerciais, a saúde, o ambiente, as alterações climáticas, a energia, a educação, a cultura, a mão-de-obra, a gestão do risco de catástrofes, as pescas e os assuntos marítimos, os transportes, a cooperação jurídica e o combate ao branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo, crime organizado e a corrupção. Através do acordo de parceria, a UE e a Nova Zelândia encetam um «diálogo político regular, incluindo consultas frequentes a nível ministerial, de altos funcionários e parlamentar. Há também numerosos diálogos setoriais, incluindo ciência, agricultura, pescas e governação dos oceanos, direitos humanos, desenvolvimento, e assuntos consulares. Estes promovem um maior e mais suave comércio, cooperação e intercâmbio de ideias.»

O acordo foi assinado em Bruxelas a 5 de outubro de 2016, na sequência de uma decisão do Conselho que autoriza a assinatura. A 28 de novembro de 2016, o alto representante e a Comissão apresentaram ao Conselho uma proposta conjunta de decisão do Conselho relativa à celebração do acordo de parceria, e em 16 de novembro de 2017, o Parlamento Europeu deu a sua aprovação. O processo de ratificação pelos Estados-Membros foi finalizado a 13 de maio de 2022. A decisão sobre a celebração do acordo de parceria entrou em vigor a 20 de junho de 2022, ou seja, o próprio acordo de parceria entrará em vigor no trigésimo dia após a data em que as partes se tenham notificado reciprocamente da conclusão dos respetivos procedimentos legais.

Relatório do TCE sobre investimentos relativos à diversificação da economia rural no FEADER

No mais recente [Relatório do Tribunal de Contas Europeu sobre se os investimentos no FEADER](#) (investimentos respeitantes à diversificação da economia rural e com o objetivo de melhorar as infraestruturas) trouxeram benefícios duráveis, o TCE constatou que, normalmente, os requisitos legais de durabilidade são cumpridos. A durabilidade dos projetos de diversificação variou consoante os setores e os Estados-Membros. O fraco desempenho económico e a utilização privada ilegítima afetam a durabilidade de projetos como, por exemplo, os de alojamento turístico.

O Tribunal realizou a presente auditoria devido à elevada materialidade em causa e aos problemas de durabilidade assinalados em auditorias anteriores. A sua expectativa é que este trabalho ajude a Comissão a partilhar boas práticas entre os Estados-Membros e a avaliar o desempenho da Política Agrícola Comum. Em primeiro lugar, o Tribunal avaliou se os projetos cumpriram os requisitos legais de durabilidade. Em segundo, examinou os fatores que, além dos requisitos legais, afetam a durabilidade dos projetos. Por fim, analisou em que medida era possível demonstrar que o financiamento da UE proporcionou oportunidades de diversificação a longo prazo nas zonas rurais.

Segurança alimentar: UE intensifica apoio aos países de África, das Caraíbas e do Pacífico em resposta à invasão da Ucrânia pela Rússia

A Comissão Europeia [adotou](#) uma proposta que visa mobilizar 600 milhões de euros a partir das reservas do Fundo Europeu de Desenvolvimento para fazer face à atual crise da segurança alimentar, agravada pela invasão da Ucrânia pela Rússia. Os fundos serão utilizados para financiar a ajuda humanitária (150 milhões de euros), promover a produção alimentar e a resiliência dos sistemas alimentares (350 milhões de euros) e prestar apoio macroeconómico (100 milhões de euros), de modo a ajudar os países de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) a fazer face à grave situação em que se encontram.

Eurobarómetro sobre a Agricultura e a sobre a PAC

De acordo com o [último Eurobarómetro](#), quase metade dos europeus pensa que garantir um abastecimento estável de alimentos na UE em qualquer altura deveria ser um objetivo principal da Política Agrícola Comum, um aumento de 6 pontos percentuais desde 2020. Esta opinião foi corroborada em 22 países da UE, e aumentou pelo menos dez pontos percentuais em seis países (Finlândia, Lituânia, Suécia, Grécia, Espanha e Itália). Além disso, mais de metade dos inquiridos (55%, +6 pontos percentuais) acrescentam que a PAC deve também contribuir para assegurar preços razoáveis dos alimentos aos

consumidores. Desde 2020, esta opinião ganhou terreno em 20 países da UE e foi a resposta mais comum na Grécia (76%), Chipre (75%), Bulgária (62%), Hungria (61%), República Checa (58%), Letónia (57%), e Polónia (52%).

Quando questionados se a PAC contribui eficazmente para estes dois objetivos - abastecimento alimentar estável e preços razoáveis - 79% e 65% dos europeus pensam assim, respetivamente. Fornecer alimentos seguros, saudáveis e sustentáveis de alta qualidade continua a ser a principal missão da PAC, de acordo com seis em cada dez europeus. Além disso, o Eurobarómetro destaca a perceção pública de que as alterações climáticas estão agora a afetar cada vez mais a atividade agrícola.

Enquanto uma grande proporção dos inquiridos (58%, +3 pontos percentuais) afirma que a agricultura já deu um contributo importante no combate às alterações climáticas, e que a PAC ajuda a proteger o ambiente e a combater as alterações climáticas (65%), dois terços (67%) consideram que os agricultores da UE poderiam ainda fazer mais mudando a forma como trabalham, mesmo que isto signifique que a agricultura da UE seja menos competitiva a nível mundial.

Proposta de alteração do Regulamento RICA (rede de informação contabilística agrícola)

A Comissão Europeia apresentou uma [nova proposta de regulamento respeitante à conversão da rede de informação contabilística agrícola numa rede de dados sobre a sustentabilidade das explorações agrícolas](#) (anexo que acompanha a proposta). A Comissão anunciou a intenção de converter a rede de informação contabilística agrícola (RICA) numa rede de dados sobre a sustentabilidade das explorações agrícolas (RDSA). Os dados RDSA serão recolhidos por meio de inquéritos regulares e especiais.

Baseada na rede de dados RICA, bem estabelecida, a RDSA será, segundo a Comissão, um instrumento útil e eficiente que permitirá à UE contribuir para os objetivos da PAC e disponibilizar dados e informações de carácter económico, ambiental e social sobre as explorações agrícolas aos Estados-Membros e à UE. Tal como a RICA, a RDSA constituirá um sistema comum e harmonizado de recolha de dados sobre as explorações agrícolas e permitirá a comparação dos mesmos a nível da UE. A presente proposta de regulamento foi elaborada a fim de apoiar e limitar os encargos tanto para os Estados-Membros como para os agricultores, assegurando simultaneamente a qualidade e a comparabilidade dos dados da RDSA relativos às explorações agrícolas. Os principais critérios para os dados da RDSA (incluindo os dados económicos, ambientais e sociais) incluem a coerência e a comparabilidade.

Cada Estado-Membro cria um Comité Nacional da Rede de Dados. É proibido utilizar com um fim fiscal os dados individuais e quaisquer outras informações individuais obtidas com base no presente regulamento. Os Estados-Membros podem criar e conceder incentivos aos agricultores que participem nos inquéritos da RDSA.



Alargamento

Eurodeputados solicitam concessão imediata do estatuto de candidato à Ucrânia e à Moldávia

Os líderes da UE devem estar à altura das suas responsabilidades históricas e dar um sinal político claro à Ucrânia, Moldávia e Geórgia. Com 529 votos a favor, 45 contra e 14 abstenções, o Parlamento Europeu [aprovou](#) na quinta-feira uma resolução em que apela aos Chefes de Estado e de Governo que concedam "sem demoras" o estatuto de candidato à UE à Ucrânia e à República da Moldávia. Devem fazer o mesmo com a Geórgia "assim que o seu governo tenha cumprido" as [prioridades indicadas pela Comissão Europeia](#).

No contexto da brutal guerra de agressão russa contra a Ucrânia, este movimento significaria demonstrar liderança, determinação e visão, dizem os eurodeputados. Insistem em que não existe um "caminho rápido" para aderir à UE e que a adesão continua a ser um processo estruturado e baseado no mérito, que exige o cumprimento dos critérios de adesão à UE e depende da implementação efetiva de reformas.

Conclusões do Conselho Europeu sobre os pedidos de adesão da Ucrânia, da República da Moldávia e da Geórgia, 23 de junho de 2022

O Conselho Europeu debateu os pedidos de adesão apresentados pela Ucrânia, pela República da Moldávia e pela Geórgia, apresentados respetivamente, em 28 de fevereiro de 2022 e 3 de março de 2022 (no caso da Geórgia e da República da Moldávia), tendo a Comissão Europeia emitido em 17 de junho de 2022 o seu [parecer](#) sobre os pedidos de adesão apresentados por esses países.

O Conselho Europeu na sessão de 23 de junho dedicada a este ponto da agenda, [reconheceu](#) a perspetiva europeia da Ucrânia, da República da Moldávia e da Geórgia e que o futuro destes países e dos seus cidadãos está na União Europeia, tendo decidido conceder o estatuto de país candidato à Ucrânia e à República da Moldávia, e no que se refere à Geórgia, o Conselho Europeu reconheceu que está pronto a conceder o estatuto de país candidato à Geórgia assim que tiverem sido tratadas as prioridades especificadas no parecer da Comissão relativo ao pedido de adesão da Geórgia.



Conselho e o Parlamento concordam em reduzir os valores-limite para a presença de poluentes orgânicos persistentes nos resíduos

O Conselho e o Parlamento [chegaram](#) a um acordo provisório sobre a revisão dos anexos ao regulamento relativo aos poluentes orgânicos persistentes, a fim de estabelecer novas restrições à presença destas substâncias nos resíduos. Os poluentes orgânicos persistentes são substâncias químicas particularmente nocivas. Embora geralmente já não sejam utilizados em novos produtos, ainda podem ser encontrados em resíduos provenientes de alguns produtos de consumo, tais como têxteis impermeáveis, mobiliário, plásticos e equipamento eletrónico. A fim de alcançar uma economia circular, onde os resíduos serão cada vez mais utilizados como matéria-prima secundária, é crucial limitar a presença de poluentes orgânicos persistentes nos resíduos. Assim, o Conselho e o Parlamento concordaram em introduzir novas substâncias químicas na lista de poluentes orgânicos persistentes e em restringir a sua presença nos resíduos através do reforço dos valores-limite de concentração.

Comissão Europeia lança proposta regulamentar de redução da utilização de pesticidas químicos em 50% até 2030

A Comissão Europeia apresentou a sua [Proposta de regulamento relativo à utilização sustentável dos produtos fitofarmacêuticos e que revoga a Diretiva 2009/128/CE e altera o Regulamento \(UE\) 2021/2115](#). A proposta transforma a diretiva existente num regulamento que será diretamente vinculativo e uniformemente aplicável a todos os Estados-Membros. Segundo a Comissão, as regras existentes da atual Diretiva sobre a Utilização Sustentável de Pesticidas provaram ser demasiado fracas e têm sido aplicadas de forma desigual.

A Comissão Europeia [refere](#) que «as novas regras sobre pesticidas químicos reduzirão a pegada ambiental do sistema alimentar da UE, protegerão a saúde e o bem-estar dos cidadãos e dos trabalhadores agrícolas, e ajudarão a mitigar as perdas económicas que já estamos a sofrer devido ao declínio da saúde do solo e à perda de polinizadores induzida por pesticidas.». Diz ainda que «na UE, até quase 15 mil milhões de euros da produção agrícola anual da UE são diretamente atribuídos aos polinizadores. 10% das espécies de abelhas e borboletas na Europa estão à beira da extinção, e 33% destas estão em declínio.».

Publicada proposta de “Lei para a Restauração da Natureza”

A Comissão Europeia propôs a [primeira legislação de sempre que visa explicitamente a restauração da natureza da Europa](#), para reparar os 80% dos habitats europeus que se encontram em mau estado, e para trazer de volta a natureza a todos os ecossistemas, desde as florestas, terras agrícolas até aos ecossistemas marinhos, de água doce e urbanos. Ao abrigo desta proposta de Lei para a Restauração da Natureza, objetivos juridicamente vinculativos para a restauração da natureza em diferentes ecossistemas aplicar-se-ão a cada Estado-Membro, complementando a legislação existente. O objetivo é cobrir pelo menos 20% das áreas terrestres e marítimas da UE até 2030 com medidas de restauração da natureza, e eventualmente estendê-las a todos os ecossistemas que necessitam de restauração até 2050.

A Comissão refere que «a proposta de uma Lei de Restauração da Natureza é um passo fundamental para evitar o colapso dos ecossistemas e prevenir os piores impactos das alterações climáticas e da perda de biodiversidade. A restauração das zonas húmidas, rios, florestas, pastagens, ecossistemas marinhos, ambientes urbanos e das espécies que acolhem na UE é um investimento crucial e rentável: na nossa segurança alimentar, resiliência climática, saúde e bem-estar.».

Objetivo 55: Parlamento Europeu insiste numa ação mais rápida da UE e na independência energética

Os eurodeputados [adotaram](#) a sua posição sobre três projetos legislativos fundamentais da EU (Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da União Europeia (CELE), Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço e Fundo Social para o Clima) para combater as alterações climáticas, reduzindo as emissões de gases com efeito de estufa em pelo menos 55% até 2030, e para proteger os empregos e os cidadãos. Este é o plano da UE para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em pelo menos 55% até 2030, em comparação com os níveis de 1990, e ter emissões líquidas zero de gases com efeito de estufa (neutralidade climática) até 2050, em conformidade com a Lei Climática Europeia. O Parlamento está agora pronto para iniciar negociações com os governos da UE.



Ajuda comunitária de 17,7 milhões de euros para 1 580 trabalhadores despedidos da Air France

Mais de mil e quinhentos trabalhadores da Air France e duas das suas filiais em 16 regiões de França, que perderam os seus empregos devido à pandemia COVID-19, deverão receber 17,7 milhões de euros de ajuda da UE. Na terça-feira, a Comissão dos Orçamentos [aprovou](#) o pedido da França de apoio do [Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização para os Trabalhadores Despedidos](#) (FEG). Os eurodeputados reconhecem que "a Air France foi gravemente afetada pela crise da COVID-19, que causou um forte declínio nos rendimentos e no tráfego". A região de Île-de-France (57% dos despedimentos)

foi mais afetada. O apoio prestado aos trabalhadores despedidos inclui serviços de aconselhamento, orientação profissional, assistência na procura de emprego e a possibilidade de aprender novas competências através de formação profissional individualizada. Os participantes podem também receber aconselhamento sobre como iniciar o seu próprio negócio e uma subvenção de arranque de até 15 mil euros. As medidas de apoio incluem também benefícios de contratação, complementos salariais e subsídios de reemprego rápido para os trabalhadores. O custo total estimado destas medidas é de cerca de 21 milhões de euros, dos quais o FEG irá cobrir 85% (17,7 milhões de euros). A Air France irá financiar os restantes.

Política de Coesão da UE: Comissão adota Acordo de Parceria com os Países Baixos no valor de 2 mil milhões de euros para 2021-2027

A Comissão adotou o [Acordo de Parceria](#) com os Países Baixos, que estabelece a estratégia de investimento da política de coesão do país no valor de 2 mil milhões de euros para o período 2021-2027. Os fundos da Política de Coesão irão promover a coesão económica, social e territorial e ajudar a implementar as principais [prioridades da UE](#), tais como a transição verde e digital. Os fundos apoiarão igualmente o crescimento competitivo, inovador e sustentável do país, melhorarão a inclusão social e desenvolverão as competências das pessoas com dificuldades de integração no mercado de trabalho. O Acordo de Parceria com os Países Baixos prepara o caminho para os investimentos dos fundos da Política de Coesão no terreno. Abrange 16 programas: três nacionais, quatro regionais e nove programas INTERREG. Cada Estado-Membro prepara um Acordo de Parceria em cooperação com a Comissão. Trata-se de um documento estratégico para a programação dos investimentos dos fundos da Política de Coesão e do FEAMP durante o Quadro Financeiro Plurianual. Trata-se do décimo Acordo de Parceria adotado para o período de financiamento 2021-2027, a seguir aos da [Grécia](#), [Alemanha](#), [Lituânia](#), [Áustria](#), [Finlândia](#), [República Checa](#), [Dinamarca](#), [França](#) e [Suécia](#).



Cultura e Diversidade Cultural

Açores distinguidos em Bruxelas com a Marca do Património Europeu

O Património Subaquático dos Açores foi [distinguido](#) pela Comissão Europeia com a Marca do Património Europeu numa cerimónia realizada em Bruxelas. De acordo com a Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais, Sofia Ribeiro, o prémio da Comissão Europeia destina-se a “manifestações culturais e sítios de elevado interesse na área do património cultural, que conjuguem a herança histórica, arqueológica e imaterial da identidade europeia”.

A titular da pasta dos Assuntos Culturais explica que esta é “a distinção de maior relevo, a nível europeu, no âmbito do património cultural, pretendendo aumentar o sentimento de pertença à União Europeia”. “Os Açores foram notificados em 2019 com esta distinção, contudo, devido à pandemia, a cerimónia de entrega dos prémios foi adiada para este ano, tendo sido premiados também os lugares distinguidos em 2021”, explicou. O processo foi iniciado em 2018, “na sequência da criação do Roteiro do Património Cultural Subaquático dos Açores”, candidatando ao prémio “todo o Património Subaquático do arquipélago inventariado até então”.

Segundo a governante, “desde a década de 70, foram detetados, através de sucessivos trabalhos arqueológicos em todo o arquipélago, mais de uma centena de naufrágios, registados na Carta Arqueológica dos Açores, existindo cerca de um milhar de sítios documentados”. “O arquipélago dos Açores corresponde a um dos sítios, ao nível mundial, com maior potencial patrimonial nas suas águas, sendo que a estratégia em curso passa por valorizar e capitalizar esses ativos, ao nível turístico e económico, com parcerias com centros de investigação, e protegê-los, através da criação de ferramentas legais para os devidos efeitos”.

A par da distinção dada aos Açores em 2019, foram também premiados espaços em França, Itália, Alemanha, Luxemburgo, Países Baixos, Áustria, Hungria, República Checa, Polónia e Eslovénia. A Marca do Património Europeu já distinguiu 60 sítios da União Europeia. Portugal é distinguido agora pela quarta vez. O Património Subaquáticos dos Açores junta-se agora à Carta de Lei de Abolição da Pena de Morte em Portugal, à Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e à Ponta de Sagres.

Comissão Europeia associa-se aos Estados-Membros para lançar uma plataforma colaborativa na nuvem em prol do património cultural da Europa

A Comissão [lançou](#) um diálogo com os Estados-Membros sobre a criação conjunta de uma plataforma colaborativa na nuvem em prol do património cultural, a fim de ajudar a salvaguardar este património cultural europeu através de uma infraestrutura digital. A plataforma colaborativa na nuvem visa promover a cooperação e a criação conjunta no âmbito dos setores culturais, criativos e tecnológicos.

A referida plataforma colaborativa na nuvem, para a qual se prevê um orçamento de 110 milhões de euros até 2025 ao abrigo do programa Horizonte Europa, constituirá uma infraestrutura única que permitirá uma colaboração transdisciplinar e numa grande escala sem precedentes entre especialistas, como profissionais académicos no domínio do património cultural, curadores, arquivistas e conservadores. Proporcionará tecnologias de ponta para a digitalização de artefactos, o estudo de obras de arte e a documentação de informações, atividades essas que, no seu conjunto, conferirão um novo impulso e uma

nova dimensão digital à preservação, à conservação e à restauração do património cultural. Visa igualmente facilitar o acesso às tecnologias de ponta e eliminar os obstáculos com que se deparam as instituições mais pequenas e remotas a este nível.



NextGenerationEU: Comissão Europeia angaria 5 mil milhões de euros em obrigações verdes

A Comissão Europeia [emitiu](#) mais 5 mil milhões de euros em obrigações verdes na décima operação sindicada ao abrigo do pacote de estímulo do instrumento NextGenerationEU. As obrigações a 25 anos com vencimento a 4 de fevereiro de 2048 foram mais de seis vezes subscritas, um resultado muito positivo, especialmente tendo em conta a turbulência nos mercados nas últimas semanas. Incluindo esta transação, a Comissão emitiu um total de 47,5 mil milhões de euros no primeiro semestre de 2022, aproximando-a ainda mais do objetivo de 50 mil milhões de euros para o financiamento NextGenerationEU nos primeiros seis meses do ano. Até agora, a Comissão angariou 118,5 mil milhões de euros através da emissão de obrigações a longo prazo da UE ao abrigo do NextGenerationEU desde o seu lançamento em junho de 2021. Os fundos estão a ser utilizados para financiar a recuperação económica e a resiliência a longo prazo da Europa através do Mecanismo de Recuperação e Resiliência e outros programas orçamentais da UE.

Comissão apresenta nova abordagem aos acordos comerciais para promover o crescimento verde e justo

A Comissão Europeia está a [dar](#) um passo importante para tornar o comércio da UE mais verde, mais justo e mais sustentável. Revelou um novo plano para reforçar a contribuição dos acordos comerciais da UE na proteção do clima, ambiente e direitos laborais em todo o mundo. Na sua [Comunicação sobre "O poder das parcerias comerciais: juntos para um crescimento verde e económico justo"](#), a Comissão apresenta a forma de reforçar ainda mais a implementação e aplicação dos capítulos sobre Comércio e Desenvolvimento Sustentável dos acordos comerciais da UE.

Novas regras sobre a comunicação de informações em matéria de sustentabilidade das empresas: acordo político provisório entre o Conselho e o Parlamento Europeu

O Conselho e o Parlamento Europeu [chegaram](#) a acordo político provisório em relação à Diretiva Comunicação de Informações sobre a Sustentabilidade das Empresas (CISE). A proposta visa colmatar as lacunas das regras existentes em matéria de divulgação de informações não financeiras, cuja qualidade era insuficiente para permitir que os investidores as tomassem devidamente em conta. Essas lacunas dificultam a transição para uma economia sustentável.

As regras da UE em matéria de informações não financeiras aplicam-se às grandes empresas de interesse público com mais de 500 empregados e a todas as grandes empresas, bem como a todas as empresas cotadas em mercados regulamentados. Estas empresas são igualmente responsáveis pela avaliação das informações a nível das suas filiais. As regras também se aplicam às PME cotadas, tendo em conta as suas especificidades. Para as PME será possível uma derrogação ("opt-out") durante um período transitório, o que significa que ficarão isentas da aplicação da diretiva até 2028. No que respeita às empresas não europeias, a obrigação de apresentar um relatório de sustentabilidade aplica-se a todas as empresas com um volume de negócios líquido superior a 150 milhões de euros na UE e que tenham pelo menos uma filial ou sucursal na UE. Estas empresas devem comunicar informações sobre os seus impactos ASG, ou seja, relativamente às questões ambientais, sociais e de governação, tal como definidas nesta diretiva.

Planos nacionais de recuperação: eurodeputados avaliam desempenho

Os eurodeputados [solicitam](#) que a Comissão assegure um forte mecanismo de auditoria e monitorização das despesas, implementação e gestão de dados dos Programas de Recuperação e Resiliência. Isto evitaria a utilização indevida, o duplo financiamento ou a sobreposição de objetivos com outros programas de financiamento da UE. Salientam que o Estado de direito, a proteção dos valores da UE, e a boa gestão financeira dos fundos da UE necessitam de uma avaliação contínua ao longo de todo o ciclo de vida dos PRR. Deve ser possível parar ou recuperar fundos já desembolsados em caso de incumprimento destes critérios.

Os investimentos no âmbito do PRR na transição verde e transformação digital devem contribuir para aumentar a autonomia estratégica e independência da UE, em particular reduzindo a sua dependência de combustíveis fósseis importados. No entanto, os eurodeputados apelam a mais projetos transfronteiriços, tais como a melhoria da interconexão das redes europeias de gás e eletricidade, e a sincronização total das redes de energia. Salientam o papel dos PRR no lançamento do REPowerEU e referem que os empréstimos disponíveis ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência poderiam ser utilizados para complementar estes projetos e fazer avançar o investimento na transição energética da UE, contribuindo significativamente para a soberania energética da UE.

NextGenerationEU: Comissão Europeia emitirá 50 mil milhões de euros de obrigações no segundo semestre de 2022 para financiar a recuperação

A Comissão Europeia [anunciou](#) os seus planos de emissão de 50 mil milhões de euros de obrigações da UE para financiar a recuperação entre julho e dezembro de 2022, que serão complementados por um financiamento a curto prazo (EU-Bills). Os fundos irão apoiar a recuperação económica dos Estados-Membros no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

A par do financiamento NextGenerationEU, a Comissão poderá também ser chamada a emitir até 9 mil milhões de euros para empréstimos de apoio à Ucrânia ao abrigo de um novo programa excecional de Assistência Macrofinanceira (AMF) e até 6,6 mil milhões de euros para empréstimos ao abrigo do programa SURE, sob reserva dos pedidos dos Estados-Membros e da conclusão dos procedimentos pertinentes.



Comissão e o Banco Europeu de Investimento lançam dois novos modelos de instrumentos financeiros no âmbito do REPowerEU e o Novo Bauhaus Europeu

A Comissão e o Banco Europeu de Investimento (BEI) [lançaram](#) dois novos modelos de instrumentos financeiros que combinam subvenções e empréstimos para apoiar os objetivos do [REPowerEU](#) e do [Novo Bauhaus Europeu](#). Estes dão às autoridades que gerem o financiamento da Política de Coesão nos Estados-Membros, bem como aos intermediários financeiros, opções sobre como combinar as subvenções da UE com empréstimos em condições favoráveis para financiar investimentos em eficiência energética e projetos do Novo Bauhaus Europeu, em conformidade com as estratégias de desenvolvimento territorial. Os instrumentos financeiros foram desenvolvidos conjuntamente no âmbito do [Fi-compass](#). Ambos os modelos estão disponíveis online: clicar [aqui](#) para investimentos em eficiência energética no âmbito do REPowerEU, e [aqui](#) para o financiamento de projetos do Novo Bauhaus Europeu.

Parlamento aprova reposição das reservas de gás antes do Inverno

Em resposta à guerra da Rússia contra a Ucrânia, a nova legislação [visa](#) reabastecer mais rapidamente as reservas estratégicas de gás na Europa antes do Inverno para garantir a segurança do abastecimento energético. A legislação foi aprovada na quinta-feira com 490 votos a favor, 47 contra e 55 abstenções. Requer agora a aprovação formal pelo Conselho antes da sua publicação no Jornal Oficial e entrada em vigor.

O novo regulamento, já acordado com os ministros da UE, estabelece um nível mínimo obrigatório de gás em instalações de armazenamento de 80% até 1 de novembro de 2022. Os Estados-Membros e os operadores devem esforçar-se por atingir 85%. O objetivo será de 90% para os anos subsequentes para proteger os europeus de possíveis choques de aprovisionamento. O texto salienta a necessidade de os países da UE diversificarem as fontes de aprovisionamento de gás e impulsionarem as medidas de eficiência energética.



Estado de Direito

Conselho pede mais medidas para proteger os jornalistas e os profissionais da comunicação social

Tendo em conta que os jornalistas se veem confrontados com cada vez mais ameaças e, por conseguinte, há mais obstáculos à liberdade de expressão e à liberdade de informação, o Conselho [aprovou](#) conclusões sobre a proteção e a segurança dos jornalistas e dos profissionais da comunicação social. Os Estados-Membros instam a Comissão a reforçar o financiamento do jornalismo independente e de investigação e a ter em conta a segurança em linha e a liberdade de expressão dos jornalistas e outros profissionais da comunicação social em todas as iniciativas pertinentes que decorrem da estratégia digital da UE.

O Conselho reconhece que há hoje muitos jornalistas e outros profissionais da comunicação social que não conseguem, como deveriam trabalhar livremente e com independência em todo o lado. Segundo um relatório do Conselho da Europa, desde 2016, quase duplicou o número de alertas sobre ameaças graves à segurança dos jornalistas e à liberdade dos meios de comunicação social na Europa (em 2021 contaram-se 282 alertas).

Para além das ameaças à sua segurança, verifica-se que a situação económica dos jornalistas e outros profissionais da comunicação social se está também a tornar cada vez mais precária. A transformação digital, o encerramento de meios de comunicação social e as consequências da pandemia conduziram a um agravamento da insegurança económica dos jornalistas.

Aproximar a UE dos cidadãos: A Comissão lança o projeto "Construir a Europa com os Conselheiros Locais"

A Comissão Europeia lançou o [projeto "Building Europe with Local Councillors"](#), que visa equipar os conselheiros e autoridades locais em toda a UE com os instrumentos de que necessitam para comunicar sobre a UE às pessoas do seu círculo eleitoral ou área local. Este projeto criará uma rede em toda a UE, fornecendo às autoridades locais acesso a material atualizado sobre a política e regras da UE que possam afetar os seus círculos eleitorais, seminários na Internet sobre questões-chave, bem como abrir a possibilidade de visitar as instituições da UE. Desde o dia 22 de junho, os conselheiros e autoridades locais podem [inscrever-se](#) para participar neste projeto. É uma resposta direta a [uma das propostas da Conferência sobre o Futuro da Europa](#)

que apelava a "um sistema de conselheiros locais da UE, como forma de reduzir a distância entre as instituições da UE e os cidadãos europeus".

Eurodeputados propõem Procurador dedicado às matérias ambientais na UE, melhor recolha de dados para combater o abate ilegal de árvores

Numa resolução sobre o abate ilegal de árvores na UE, os deputados europeus [apoiaram](#) a criação de um "Procurador Verde" da UE através do alargamento dos poderes do Gabinete do Procurador Europeu (EPPO). Além disso, os parlamentares europeus apoiam a criação de um quadro de observação, informação e recolha de dados florestais da UE ("Observatório Florestal") para impulsionar a recolha atempada e frequente de dados comparáveis entre os Estados-Membros.

Conclusões do Conselho Europeu sobre a Grande Europa e a Conferência sobre o Futuro da Europa

O Conselho Europeu [realizou](#) um debate estratégico sobre as relações da União Europeia com os seus parceiros na Europa. Debateu a proposta de criação de uma comunidade política europeia. O objetivo será promover o diálogo político e a cooperação para abordar questões de interesse comum, a fim de reforçar a segurança, a estabilidade e a prosperidade do continente europeu. Esse quadro não substituirá as políticas e instrumentos existentes da UE, nomeadamente o alargamento, e respeitará plenamente a autonomia de decisão da União Europeia.

O Conselho Europeu tomou nota das propostas constantes do relatório sobre os resultados da Conferência apresentado aos três copresidentes. A Conferência foi uma oportunidade única para dialogar com os cidadãos europeus. As instituições devem assegurar um seguimento eficaz desse relatório, cada uma na sua esfera de competências e em conformidade com os Tratados. O Conselho Europeu registou que já foram empreendidos os trabalhos nesse sentido. O Conselho Europeu recordou ainda a importância de assegurar que os cidadãos sejam informados do seguimento dado às propostas apresentadas no relatório.



Inclusão social, Integração e Direitos

Ucrânia: Eurodeputados dizem "sim" ao pacote de ajuda da UE para apoiar os Estados-Membros a acolher refugiados

Os eurodeputados da Comissão dos Orçamentos do Parlamento Europeu [aprovaram](#) um reforço dos programas de migração da UE para ajudar os Estados-Membros a lidar com a migração urgente e com as medidas de gestão de fronteiras. O objetivo desta [proposta](#) é contribuir para o financiamento, nos Estados-Membros mais afetados, dos primeiros custos de receção e registo das pessoas que fogem da Ucrânia em consequência da agressão russa. É um dos elementos de um pacote de apoio de 400 milhões de euros proposto pela Comissão, que por sua vez faz parte de um compromisso de mil milhões de euros da UE para com a iniciativa "[Stand Up For Ukraine](#)".



Investigação científica, Inovação, Ciência

UE lança convite de 10 milhões de euros para apoiar o arranque de empresas de tecnologia lideradas por mulheres

A Comissão Europeia [lançou](#) o segundo convite enquadrado na [Women TechEU](#), que se segue a um primeiro projeto-piloto bem sucedido em 2021. Este ano, até 130 empresas de tecnologia de ponta lideradas por mulheres irão receber financiamento no valor de 10 milhões de euros, bem como serviços de aceleração de negócios para crescerem até se tornarem as líderes tecnológicas femininas de amanhã. Este regime será financiado ao abrigo do programa de trabalho dos [Ecossistemas Europeus de Inovação](#) do Horizonte Europa, com o apoio do [Conselho Europeu de Inovação](#).

Assembleia Digital 2022: uma análise mais aprofundada do futuro digital

Por ocasião da [Assembleia Digital](#), realizada em 21 e 22 de junho em Toulouse, a Comissão Europeia e a Presidência francesa do Conselho da União Europeia [organizaram](#) uma sessão sobre o apoio contínuo ao setor digital da Ucrânia. Esta sessão caracterizou-se pelo lançamento de uma plataforma especializada nas tecnologias digitais para as doações à Ucrânia.

Além disso, os ministros dos Estados-Membros assinaram uma declaração sobre a transição climática, com vista a reduzir a pegada ecológica do setor digital, e discutiram ações concretas destinadas a reforçar o papel de liderança da UE no domínio das tecnologias imersivas. Os Estados-Membros decidiram agir em conjunto nestes dois domínios cruciais e solicitam o apoio da Comissão para definir metas específicas para o setor das TIC no âmbito da transição ecológica, bem como para desenvolver as tecnologias imersivas, no respeito dos valores fundamentais europeus.



Juventude, Formação e Requalificação

Conclusões do Conselho sobre o papel transformador da educação para o desenvolvimento sustentável e a cidadania global enquanto instrumento fundamental para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O Conselho nas [Conclusões](#) que adotou no passado dia 21 de junho reafirma que a União Europeia (UE) e os seus Estados-Membros permanecem «firmemente empenhados na execução da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e dos respetivos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), bem como de outros importantes acordos e instrumentos multilaterais, nomeadamente o Acordo de Paris sobre as alterações climáticas, a Agenda de Ação de Adis Abeba, o Quadro de Sendai para a Redução dos Riscos de Catástrofe e a Convenção sobre a Diversidade Biológica, que continuam a orientar as suas ações, tanto a nível interno como externo. É em torno destes que se articula a aplicação do Pacto Ecológico Europeu e do Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento.».

Considera que a «educação para o desenvolvimento sustentável e a cidadania global tem um potencial transformador considerável nas nossas sociedades, bem-estar, economias e padrões de consumo, sendo, portanto, indispensável para que a UE e o mundo sejam mais sustentáveis. Salienta, como tal, o papel central da educação na implementação da Agenda 2030 no seu conjunto, sendo parte integrante do ODS 4 e facilitadora essencial de todos os outros ODS, bem como um motor de inovação, recuperação, resiliência e ação transformadora.».

Erasmus+: eurodeputados exigem mais esforço para incluir pessoas com menos oportunidades

Numa resolução [aprovada](#) na quinta-feira, o Parlamento Europeu apela à remoção das barreiras que limitam o alcance do programa emblemático da UE para a educação, formação, juventude e desporto. O montante de dinheiro desembolsado através de bolsas de mobilidade é, em alguns casos, ainda insuficiente e pode levar a que os estudantes de menores recursos, não tenham condições de poder participar no programa, dizem os eurodeputados numa resolução aprovada por 471 votos a favor, 55 contra e 66 abstenções.

Pedem que em 2023 os fundos atribuídos para medidas de inclusão no Erasmus+ sejam nivelados. Para que possa abranger pessoas de meios desfavorecidos ou com necessidades específicas relacionadas com a educação, são necessárias soluções de financiamento mais adaptadas, tais como pré-financiamento, bolsas complementares, pagamentos adiantados e montantes fixos, que ajudariam a cobrir as suas necessidades, especialmente o custo de vida. O Parlamento apela igualmente à redução da burocracia e a que o processo de participação no Erasmus+ seja de mais fácil compreensão, uma vez que os encargos administrativos afetam em particular as pessoas com necessidades educativas especiais. As questões persistentes relacionadas com as ferramentas informáticas Erasmus+ também precisam de ser abordadas, de modo a eliminar as barreiras de acesso para organizações mais pequenas e participantes mais velhos.



Mobilidade e Transportes

Objetivo 55: Parlamento quer um sistema de comércio de emissões mais ambicioso

Para incentivar as indústrias a reduzir ainda mais as suas emissões e investir em tecnologias de baixo teor de carbono, o Sistema de Comércio de Emissões deverá ser reformado e o seu âmbito alargado, dizem os deputados europeus. Na quarta-feira, o Parlamento Europeu adotou a sua posição sobre a revisão do Sistema de Comércio de Emissões da UE (ETS) com 439 votos a favor, 157 contra e 32 abstenções. Os eurodeputados acreditam que o ETS está no centro da política climática europeia e desencadeou reduções significativas nas emissões, uma vez que a atribuição de um preço às emissões de gases com efeito de estufa (GEE) deu aos agentes económicos um incentivo para reduzir as suas emissões e investir em tecnologias com baixo teor de carbono.

Tal como solicitado várias vezes pelo Parlamento, o ETS [deverá](#) ser agora alargado ao transporte marítimo. Os eurodeputados querem cobrir 100% das emissões de rotas intraeuropeias a partir de 2024 e 50% das emissões de rotas extraeuropeias de e para a UE a partir de 2024 até ao final de 2026. A partir de 2027, as emissões de todas as viagens deveriam ser cobertas a 100%, com possíveis derrogações para países não pertencentes à UE, onde a cobertura poderá ser reduzida para 50%, sujeita a determinadas condições. Os eurodeputados também querem que as emissões de gases com efeito de estufa para além do CO2 sejam incluídas, tais como os óxidos nitrosos de metano. 75% das receitas geradas pelos leilões de licenças marítimas devem ser colocadas num Fundo Oceânico para apoiar a transição para um setor marítimo da UE energeticamente eficiente e resiliente ao clima. O Parlamento também pretende incluir a incineração de resíduos municipais no ETS a partir de 2026.

O ETS faz parte do “[Objetivo 55](#)”, que é o plano da UE para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em pelo menos 55% até 2030, em comparação com os níveis de 1990, em conformidade com a [Lei Climática Europeia](#).

Aviação com emissões zero: Comissão lança nova Aliança para tornar os aviões movidos a hidrogénio e elétricos uma realidade

A Comissão Europeia [lançou](#) oficialmente a *Alliance for Zero Emission Aviation*, apelando aos membros da comunidade da aviação para que unam esforços na preparação para o advento das aeronaves de emissões zero. A *Alliance for Zero Emission*

Aviation visa preparar o ecossistema da aviação para a entrada em serviço de aeronaves movidas a hidrogénio e eletricidade, a fim de assegurar que o transporte aéreo contribua para o objetivo europeu de neutralidade climática de 2050. Reunirá representantes de fabricantes de aeronaves, companhias aéreas, aeroportos, empresas de energia e fornecedores de combustível, agências de normalização e certificação, grupos de interesses de passageiros e ambientais e reguladores.

Trabalharão em conjunto para identificar todas as barreiras à entrada no serviço comercial destas aeronaves, estabelecer recomendações e um roteiro para as abordar, promover projetos de investimento e criar sinergias e dinâmica entre os membros. Em particular, os membros analisarão questões tais como os requisitos de combustível e infraestruturas dos aviões a hidrogénio e elétricos nos aeroportos, normalização e certificação, e as implicações para os operadores (companhias aéreas) e gestão do tráfego aéreo.



Mar e Pescas

Eurodeputados aprovam a atenuação das consequências da guerra para as pescas e a aquicultura da União

A Comissão das Pescas do PE [aprovou](#) na segunda-feira o apoio financeiro à pesca e ao setor da aquicultura da UE em resposta à invasão russa da Ucrânia. Os membros da Comissão das Pescas adotaram a sua posição sobre uma proposta da Comissão para compensar financeiramente a pesca e a aquicultura da UE atingida pela guerra da Rússia na Ucrânia, por unanimidade com 24 votos.

O Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA), de acordo com o texto adotado pelos eurodeputados, deverá apoiar as empresas cujas operações de pesca foram prejudicadas pela guerra, e as organizações de produtores e operadores de pesca e aquicultura cuja viabilidade económica esteja ameaçada devido a problemas do mercado e da cadeia de abastecimento. Incluem-se aumentos no preço da energia, das matérias-primas e dos alimentos para peixes. Os governos da UE poderiam utilizar os seus restantes recursos do FEAMPA para o período de programação 2014-20 para enfrentar as consequências da guerra no setor das pescas e da aquicultura. Os eurodeputados alteraram a proposta de alargar a compensação também às empresas cuja viabilidade económica tenha sido afetada pelo conflito e ao setor da transformação. 75% do cofinanciamento do Fundo cobrirá as receitas perdidas e custos adicionais causados pela perturbação das cadeias de abastecimento após o início da guerra a 24 de fevereiro de 2022. Para além da compensação financeira, os Estados-Membros serão também autorizados a utilizar as regras dos auxílios estatais de forma mais flexível. Isto permitirá-lhes criar regimes de auxílio estatal às empresas de pesca e aquicultura afetadas pela crise.

Governança internacional dos oceanos: Contribuição da UE para definir o rumo para um planeta azul

A Comissão Europeia e o alto representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança deram a conhecer a [nova agenda da UE de governação internacional dos oceanos](#), que propõe **ações para oceanos seguros, limpos e geridos de forma sustentável**. Desta forma, a UE confirma o seu papel ativo na governação internacional dos oceanos e o seu empenho no reforço da execução da Agenda 2030 das Nações Unidas e do seu [Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n.º 14, sobre a vida marinha](#). A nova agenda tem um importante papel para a concretização da componente azul do [Pacto Ecológico Europeu](#). Na perspetiva da [2.ª Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos](#) (27 de junho – 1 de julho de 2022, Altice Arena, Lisboa) e da [Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade \(COP15\)](#) (5 –17 de dezembro de 2022, em Montreal), e juntamente com a [proposta da Comissão de metas de restauração da natureza, juridicamente vinculativas](#), inclusivamente no mar, a UE afirma o seu forte compromisso em defesa do oceano. A comunicação conjunta será apresentada pelo comissário do Ambiente, Oceanos e Pescas, Virginijus Sinkevičius na [2.ª Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos](#); será discutido pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho.



Regiões Ultraperiféricas

Comunicação da Comissão "Dar prioridade às pessoas, garantir o crescimento sustentável e inclusivo, realizar o potencial das regiões ultraperiféricas da UE": Conclusões do Conselho

O Conselho [aprovou conclusões](#) sobre as regiões ultraperiféricas da União, com base na comunicação da Comissão intitulada "[Dar prioridade às pessoas, garantir o crescimento sustentável e inclusivo, realizar o potencial das regiões ultraperiféricas da UE](#)". Esta estratégia renovada visa não só responder aos desafios com que se deparam as regiões ultraperiféricas, mas também valorizar os seus ativos, a fim de promover o seu desenvolvimento harmonioso.



Saúde

Mais saudáveis em conjunto: Comissão lança iniciativa de 156 milhões de euros sobre doenças não transmissíveis na Europa

A Comissão Europeia [lançou](#) uma importante iniciativa para apoiar os Estados-Membros da UE na sua luta com as Doenças Não-Comunicáveis da UE, abordando as principais causas de morte prematura evitável na Europa e melhorando a saúde e bem-estar dos cidadãos. Para o fazer, a Comissão publicou um documento orientador para o "Juntos mais saudáveis": Iniciativa da UE sobre Doenças Não-Comunicáveis". Esta Iniciativa identifica ações eficazes e os instrumentos de apoio jurídico e financeiro disponíveis em cinco áreas principais: doenças cardiovasculares, diabetes, doenças respiratórias crónicas, saúde mental e perturbações neurológicas, bem como sobre as suas principais causas. A Iniciativa terá um orçamento de 156 milhões de euros ao abrigo do programa de trabalho de 2022 do programa EU4Health.

União Europeia da Saúde: acordo para uma cooperação transfronteiriça reforçada

O [Parlamento Europeu](#) e o Conselho [chegaram](#) a um acordo provisório sobre a forma como a UE e os Estados-Membros devem reforçar as suas ações no caso de futuras ameaças transfronteiriças para a saúde. Os negociadores do Conselho e do Parlamento Europeu chegaram a um entendimento comum sobre o projeto de regulamento relativo às ameaças transfronteiriças graves para a saúde. O texto vem reforçar o grau de preparação, vigilância, avaliação dos riscos, alerta rápido e as respostas da UE e dos Estados-Membros em caso de ameaças transfronteiriças para a saúde. A Comissão poderá agora reconhecer formalmente uma emergência de saúde pública a nível da UE, o que criará um impulso mais forte para a cooperação intraeuropeia e permitirá o desenvolvimento atempado, a aquisição e a compra em grupo de contramedidas médicas.



Solidariedade Externa da União Europeia e Diplomacia

Eurobarómetro 2022: cidadãos da UE apoiam esmagadoramente a cooperação internacional para reduzir a pobreza e construir parcerias internacionais

O último inquérito Eurobarómetro sobre cooperação para o desenvolvimento [mostra](#) um amplo apoio ao trabalho com países de todo o mundo. A guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia não afetou o apoio dos cidadãos ao trabalho de desenvolvimento internacional da UE. Os resultados confirmam uma tendência sustentada nos últimos anos, o que mostra que a cooperação com os países parceiros continua a ser uma das políticas mais conceituadas da UE.

A UE e os Estados-Membros continuam coletivamente a ser o maior doador mundial de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). A APD em 2021 aumentou 4,3% em relação a 2020, de 67,3 mil milhões de euros para 70,2 mil milhões de euros. Como maior doador mundial com 43% da APD global, a União mantém-se firmemente ao lado dos países parceiros, em linha com o apoio dos cidadãos à cooperação internacional.

Conselho de Associação UE-Egito, 19 de junho de 2022

A 9.ª reunião do Conselho de Associação EU-Egipto teve lugar no passado dia 19 de junho, tendo o Conselho aprovado as [novas prioridades da Parceria EU-Egipto até 2027](#). Poderá encontrar mais informação sobre esta 9.ª reunião [aqui](#).

Parceria UE-América Latina e Caraíbas: fabrico de vacinas, medicamentos e tecnologias de saúde e reforço dos sistemas de saúde

Nas Jornadas Europeias para o Desenvolvimento, [Ursula von der Leyen](#), presidente da Comissão Europeia, e Pedro Sánchez, Primeiro-Ministro de Espanha, [lançaram](#) uma nova Parceria União Europeia – América Latina e Caraíbas sobre o fabrico local de vacinas, medicamentos e outras tecnologias de saúde, e o reforço da resiliência dos sistemas de saúde, que irão complementar e reforçar ainda mais os laços sociais, económicos e científicos entre as duas regiões.

Esta nova Parceria tem como objetivo aumentar a capacidade de produção da América Latina, promover um acesso equitativo aos produtos de saúde de qualidade, eficazes, seguros e acessíveis e ajudar a reforçar a resiliência sanitária na região para combater doenças endémicas e emergentes e aumentar assim as capacidades para lidar com doenças não transmissíveis.

Asilo e migração: Conselho aprova mandatos de negociação sobre o Regulamento Eurodac e o Regulamento Triagem, e 21 Estados adotam uma declaração sobre solidariedade

O Comité de Representantes Permanentes (Coreper) [adotou](#) vários textos importantes da primeira etapa nos domínios de asilo e migração, com base nas propostas apresentadas pela Comissão no âmbito do Pacto em matéria de Migração e Asilo. O Coreper adotou os mandatos de negociação do Conselho sobre o Regulamento Eurodac e o Regulamento Triagem. Além disso, 21 Estados-Membros ou Estados associados confirmaram a adoção de uma declaração sobre solidariedade, prevendo um mecanismo voluntário de contribuições de solidariedade, sob a forma de recolocações ou outro tipo de contribuições, nomeadamente contribuições financeiras.

Estas decisões refletem a aprovação política registada a nível ministerial na reunião do Conselho (Justiça e Assuntos Internos) de 10 de junho de 2022. Este importante avanço faz parte da abordagem gradual proposta pela Presidência para reformar a política de migração e asilo da União Europeia, preservando em cada etapa um nível equivalente de compromissos em matéria de solidariedade, responsabilidade e proteção das fronteiras externas.

Sul da Ásia: UE desbloqueia 2 milhões de euros de financiamento de emergência para apoiar as vítimas das inundações no Bangladesh e na Índia

A Comissão Europeia [está](#) a providenciar 2 milhões de euros de financiamento para assistência de emergência às pessoas afetadas pelas atuais inundações no Bangladesh e na Índia. O apoio irá beneficiar as pessoas afetadas e deslocadas nas regiões mais atingidas dos dois países e será canalizado através dos parceiros de ajuda humanitária da UE no terreno. Nesta ocasião, o comissário para a Gestão de Crises Janez Lenarčič afirmou: "As graves monções e inundações no Bangladesh e na Índia deixaram para trás um rasto de destruição. Com muitas pessoas tendo perdido os seus familiares, casas, pertences e fontes de subsistência, a situação humanitária é grave e espera-se que se agrave nos próximos dias. É por isso que a UE libertou 2 milhões de euros de financiamento de emergência para assegurar que os nossos parceiros no terreno possam dar apoio aos mais necessitados". Para o Bangladesh, a UE libertou 1,2 milhões de euros em financiamento de ajuda humanitária às pessoas afetadas pelas inundações nas regiões do nordeste e do norte do país. As inundações deste ano são consideradas piores do que as verificadas em 1998 e 2004. Para a Índia, a UE disponibiliza 800 mil euros em ajuda de emergência, com o objetivo de apoiar as pessoas nas áreas mais afetadas pelas cheias do estado de Assam.



Tecnologia, comunicações, informática e satélites

Fundo Europeu de Defesa: Comissão abre oito convites à apresentação de propostas que visam uma vasta gama de tecnologias e capacidades de defesa

Em conformidade com as [prioridades de capacidade da UE](#) estabelecidas na [bússola estratégica](#), a Comissão abriu [oito convites](#) à apresentação de propostas abrangendo um total de [33 temas](#) e visando uma vasta gama de tecnologias e capacidades de defesa no âmbito do Fundo Europeu de Defesa. Estes convites irão lançar uma série de projetos emblemáticos, desde a segurança cibernética, passando pelo espaço até ao combate naval. Este ano, mais de 120 milhões de euros serão dedicados ao combate espacial e naval, respetivamente. No domínio da investigação, serão atribuídos 70 milhões de euros à investigação sobre o ciberespaço e a superioridade da informação. Estes convites à apresentação de propostas apoiarão também as PME e, de um modo mais geral, a inovação e as tecnologias disruptivas. Mais informações sobre as diferentes prioridades do programa de trabalho de 2022 podem ser encontradas [aqui](#). Para mais informações, visite o [portal](#) dos convites à apresentação de propostas e o [sítio Web](#) do Fundo Europeu de Defesa

Mais no Parlamento Europeu...

[Calendário para 2022 e 2023.](#)



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os [seis passos](#) para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas até ao próximo dia 12 de abril. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento tem diversas vagas para Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Operação naval europeia IRINI abre estágios para os interessados em Política de Defesa

Estão abertas candidaturas para estagiar na operação naval europeia IRINI, destinada a controlar o embargo de armas em direção à Líbia. Os estágios têm a duração de quatro meses, renováveis por igual período. Mais informações e candidaturas [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Até 10 de dezembro, a Agência Espacial Europeia tem abertas candidaturas para o seu programa de estágios 2021, direcionado a estudantes com a duração de 6 meses, em regime de teletrabalho, devido à pandemia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é a nova iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades

de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

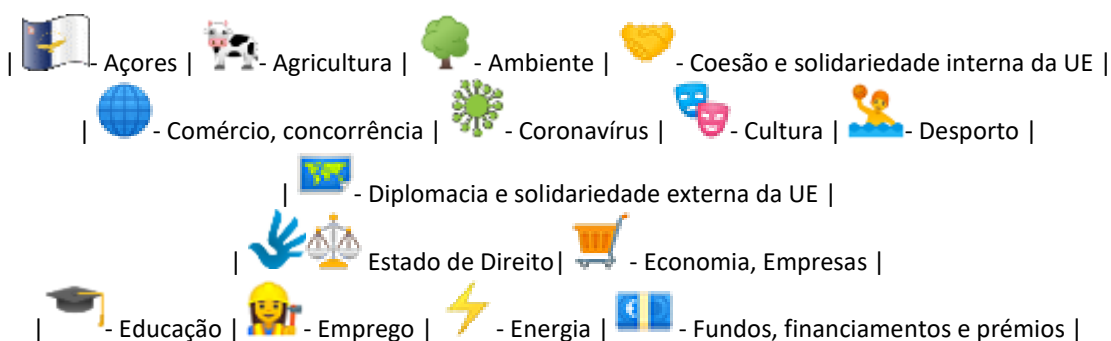
O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)

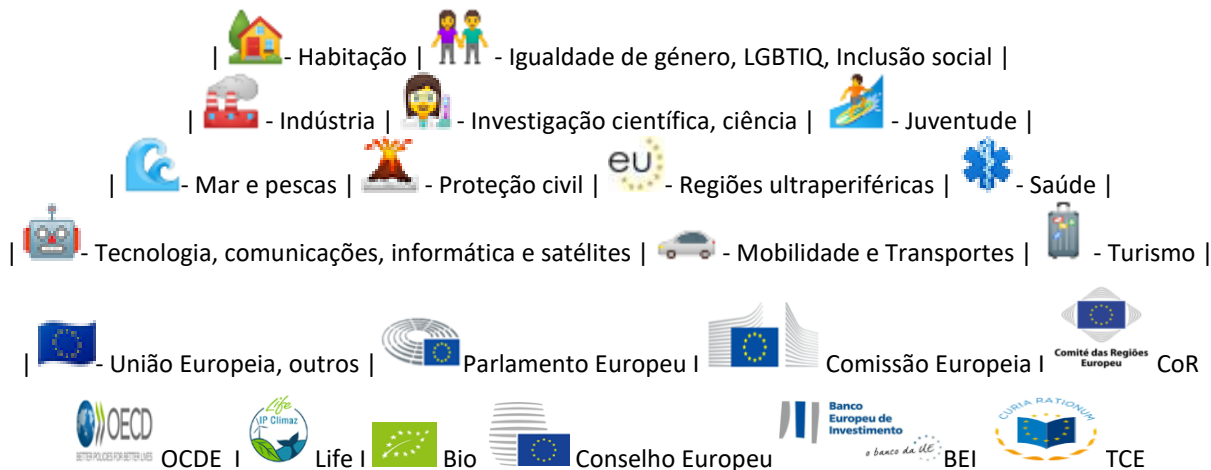


O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda: Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:





Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa [Política de Privacidade](#) – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!